



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

Sétima Câmara Cível

Agravo de Instrumento Nº: 0182.942-7 - Recife

Agravante: Arnaldo José Zito da Silva

Agravado: Gerente Geral de Operações Fiscais - GOF

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo.

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. APREENSÃO DE MERCADORIAS. NOTAS FISCAIS SEM REGISTRO DE PASSES FISCAIS. INIDONEIDADE. CADASTRO INFORMATIZADO. EMPRESA NÃO ESTABELECIDADA NO ENDEREÇO INDICADO. INDÍCIO DE EMISSÃO DE NOTAS "FRIAS". MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DAS ALEGAÇÕES. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Discute-se acerca da apreensão de mercadorias, motivada pela constatação, pela Secretaria da Fazenda, de irregularidade na situação cadastral da ora agravante. O cerne da lide está no fato de que, das notas fiscais que acompanham as mercadorias objeto de retenção, apresentam, unicamente, carimbos dos passes fiscais dos Estado do Paraná (de origem do produto) e Minas Gerais, inexistindo registro dos passes de passagem nos postos fiscais do Estado de Pernambuco, o que suscitou a dúvida acerca da inidoneidade das notas, dando ensejo a consultas acerca da regularidade da empresa.

2. Da análise do documento acostado à fl. 48 (processo fiscal), infere-se que a auditoria fiscal constatou, mediante consulta no cadastro informatizado da Secretaria da Fazenda Pública Estadual, bem assim da Agência da Receita Estadual de Petrolina, irregularidades quanto ao endereço da empresa agravante, que, segundo informações constantes de documento que instruiu o processo fiscal, não mais se encontra estabelecida no logradouro indicado nas notas fiscais em tela.

3. Contata-se que, no cumprimento de suas atribuições fiscais, de natureza vinculada, diante das informações cadastrais a que teve acesso, e não com suporte em meras presunções, como alegado pelo ora agravante, o auditor nada mais fez senão aplicar a legislação cabível à hipótese fática com a qual se deparou, qual seja, apresentação, pelo transportador do produto, de notas fiscais que apresentavam declarações inexatas no que pertine ao endereço da empresa destinatária das mercadorias objeto de fiscalização, o que se configura forte indício de emissão de nota fiscal "fria", passível de aplicação da penalidade de apreensão, por ser prática contrária à ordem tributária, cuja integralidade é de interesse público.

4. Para além da inidoneidade das notas fiscais que acompanhavam a mercadoria apreendida, a ausência de carimbo dos passes fiscais referentes aos postos situados de Pernambuco, Estado de origem da mercadoria, advinda do Estado do Paraná, igualmente ensejou a apreensão do produto, irregularidade esta que o ora agravante não logrou êxito em refutar.

5. Não obstante tratar-se a ação originária de mandado de segurança, que requer a demonstração inequívoca da liquidez e certeza do direito alegado para fins de deferimento da liminar, a ora agravante não fez



100  
096

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

prova hábil a infirmar os argumentos deduzidos no processo fiscal em tela, que goza de presunção de veracidade.

6. O recorrente não acostou aos autos as informações e extratos que serviram de suporte à instauração do processo fiscal e à lavratura do Auto de Apreensão impugnado, alusivos à irregularidade cadastral da empresa, ensejadora da inidoneidade das notas fiscais que acompanhavam a mercadoria que a tinha como destinatária, o que obsta a esta Relatoria fazer o confronto entre tais informações e as constantes dos documentos (fls. 25, 26 e 27) que instruem os presente autos, datados de maio de 2008, data em muito anterior à diligência efetuada pelo Fisco, havida em fevereiro do corrente ano.

7. À unanimidade, negou-se provimento ao presente agravo de Instrumento.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 0182.942-7, da Comarca de Golana, em que figuram, como Agravante, Arnaldo José Zito da Silva e, como agravado, o Gerente Geral de Operações Fiscais - GOF, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento ao presente agravo de instrumento, tudo de conformidade com os votos em anexo, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 15 de dezembro de 2009.

  
\_\_\_\_\_  
**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator



93  
097

01

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

**Sétima Câmara Cível**  
**Agravo de Instrumento Nº: 0181.942-7 - Recife**  
**Agravante: Arnaldo José Zito da Silva**  
**Agravado: Gerente Geral de Operações Fiscais - GOF**  
**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo.**

**RELATÓRIO:**

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Arnaldo José Zito da Silva em face do Gerente Geral de Operações Fiscais - GOF, impugnando decisão interlocutória proferida pela MM. Juíza da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Dra. Clara Maria de Lima Callado, no bojo do Mandado de Segurança tombado sob o nº 001.2009.100997-0.

A decisão impugnada (fls. 28/29) indeferiu a liminar requerida, por entender não ter restado comprovado o requisito da relevância da fundamentação espositiva.

Historia que é empresa que se dedica à comercialização, no atacado, de bebidas e produtos alimentícios, especialmente a comercialização de farinhas, amidos e féculas e, em face de suas atividades, encontra-se adstrita ao recolhimento do ICMS.

Notícia que adquiriu 800 (oitocentos) sacos, cada um de 50kg, de farinha de trigo Premium Ouro, da empresa Moinho Paraná, a teor das Notas Fiscais nº's 5926 e 5927.

Acresce que, para sua surpresa, ao passar pelo posto fiscal da Comarca de São Caetano-PE, o motorista responsável pelo transporte da referida mercadoria, foi autuado através do Processo Fiscal nº 2009.000000536913-92, sendo, na ocasião, lavrado Auto de Apreensão que impunha o pagamento de R\$ 31.248,81 (trinta e um mil, duzentos e quarenta e oito reais e oitenta e um centavos) relativos a créditos de ICMS e respectiva multa, o que ensejou a impetração do mandado de segurança originário.

Aduz, em síntese:

1) Que a manutenção das mercadorias em tela apreendidas é totalmente ilegal, porquanto força o contribuinte ao recolhimento do tributo reclamado sem que tenha possibilidade para defesa incontinenti do ato, sobretudo quando da análise das notas fiscais respectivas pode-se verificar que as mesmas são lícitas e o ICMS Incidente foi devidamente recolhido;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

94  
098  
01

2) Que a mercadoria estava sendo regularmente transportada ao seu destino final, devidamente acompanhada das notas fiscais, não havendo que se falar em divergência quantitativa ou qualitativa das mercadorias para com as informações constantes das notas, o que, segundo sustenta, reforça a constatação de abuso por parte da autoridade fiscal, que se valeu de mera presunções para lavrar o Auto de Apreensão;

3) Que a autoridade fiscal sequer levou em consideração o ICMS pago por ocasião da saída da mercadoria do Moinho Paraná Ltda, que perfaz um montante de R\$ 2.352,00 (dois mil, trezentos e cinquenta e dois reais), cuja dedução é garantida pelo Decreto Estadual nº 27.987/05;

4) Que o Excelso Pretório de há muito já declarou a ilegalidade de apreensão de mercadorias com o intuito de compelir ao pagamento do tributo, posicionamento este consolidado nas súmulas 323 e 547 e mantido em julgados recentes;

5) Que o Estado dispõe de medidas legais para cobrança de seus créditos tributários, não tendo, pois, o direito de interceptar ou dificultar a livre mercancia do contribuinte devedor, sendo repudiadas as denominadas as chamadas sanções políticas, sob pena de confisco ilegal e ofensa ao princípio constitucional da livre iniciativa;

6) Que a alegação da distância do destino das mercadorias e a ausência de passe fiscal de um Estado da Federação, quando, por outro lado, há registro nas notas fiscais, do referido passe fiscal em outros Estados, não podem servir de pretexto à sua apreensão;

7) Que as mercadorias apreendidas, recolhidas em depósito da Secretaria da Fazenda Estadual, estão sujeitas à ação do tempo e, portanto, podem perecer com brevidade, trazendo-lhe, assim, prejuízos irreparáveis.

Por fim, pugna pela concessão de efeito suspensivo ao presente recurso, para fins de liberação das mercadorias objeto do Auto de Apreensão contra o qual se insurge e, no mérito, pelo seu provimento, com a integral reforma da decisão impugnada.

Esta Relatoria exarou decisão às fls. 58/63, indeferindo o efeito suspensivo almejado.

Intimado a ofertar suas contra-razões, o recorrido fê-lo às fls. 69/79, asseverando, em síntese, que o auto de apreensão em tela é absolutamente regular, porquanto lavrado após averiguado, mediante consultas ao cadastro do contribuinte, que a empresa não mais funcionava no endereço indicado, bem



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

como diante das mercadorias apreendidas estarem acompanhadas do documento fiscal inidôneo.

Aduz, ainda, que, para além das irregularidades citadas, há indícios de cometimento de fraude, ante a ausência do passe fiscal referente ao Estado da Bahia, não se tratando de atuação do Fisco no intuito de coação para pagamento de tributo.

O *Parquet* ofertou parecer às fls. 89/90, opinando pelo não provimento do presente recurso.

É o que de relevante se tem a relatar.

Inclua-se em pauta.

Recife, 25 de novembro de 2009.

**Des. Luiz Carlos Figueirêdo**  
**Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

**Sétima Câmara Cível**

**Agravo de Instrumento Nº: 0182.942-7 - Recife**

**Agravante: Arnaldo José Zito da Silva**

**Agravado: Gerente Geral de Operações Fiscais - GOF**

**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo.**

**VOTO:**

Versa a lide em apreço acerca da apreensão de mercadorias, motivada pela constatação, pela Secretaria da Fazenda, de irregularidade na situação cadastral da ora agravante.

O cerne da lide está no fato de que, das notas fiscais que acompanham as mercadorias objeto de retenção, apresentam, unicamente, carimbos dos passes fiscais dos Estado do Paraná (de origem do produto) e Minas Gerais, inexistindo registro dos passes de passagem nos postos fiscais do Estado de Pernambuco, o que suscitou a dúvida acerca da inidoneidade das notas, dando ensejo a consultas acerca da regularidade da empresa.

Da análise do documento acostado à fl. 48 (processo fiscal), infere-se que a auditoria fiscal constatou, mediante consulta no cadastro informatizado da Secretaria da Fazenda Pública Estadual, bem assim da Agência da Receita Estadual de Petrolina, irregularidades quanto ao endereço da empresa agravante, que, segundo informações constantes de documento que instruiu o processo fiscal, não mais se encontra estabelecida no logradouro indicado nas notas fiscais em tela.

Contata-se que, no cumprimento de suas atribuições fiscais, de natureza vinculada, diante das informações cadastrais a que teve acesso, e não com suporte em meras presunções, como alegado pelo ora agravante, o auditor nada mais fez senão aplicar a legislação cabível à hipótese fática com a qual se deparou, qual seja, apresentação, pelo transportador do produto, de notas fiscais que apresentavam declarações inexatas no que pertine ao endereço da empresa destinatária das mercadorias objeto de fiscalização, o que se configura forte indício de emissão de nota fiscal "fria", passível de aplicação da penalidade de apreensão, por ser prática contrária à ordem tributária, cuja integralidade é de interesse público.

Para além da inidoneidade das notas fiscais que acompanhavam a mercadoria apreendida, a ausência de carimbo dos passes fiscais referentes aos postos situados de Pernambuco, Estado de origem da mercadoria, advinda do Estado do Paraná, igualmente ensejou a apreensão do produto, irregularidade esta que o ora agravante não logrou êxito em refutar.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

De simples interpretação, dada a sua literalidade, são os dispositivos legais aplicados pela autoridade fiscal no procedimento em apreço.

**• DECRETO Nº 14.876, DE 12 DE MARÇO DE 1991. (EMENTA: Consolida a Legislação Tributária do Estado)**

(...)

Art. 58. Considera-se responsável pelo imposto, na qualidade de contribuinte-substituto:

I - o transportador, em relação à mercadoria:

a) transportada sem documento fiscal próprio;

b) entregue a destinatário diverso do indicado no documento fiscal, salvo nas hipóteses admitidas pela legislação tributária;

c) transportada com documento fiscal inidôneo;

(...)

Art. 80. O sujeito passivo fica obrigado a:

I - preencher e apresentar à repartição fazendária documentos de arrecadação estadual e de informações econômico-fiscais;

II - emitir Nota Fiscal para:

a) acompanhar o trânsito da mercadoria;

(...)

Art. 87. É considerada inidônea, para todos os efeitos fiscais, fazendo prova apenas em favor do Fisco, a Nota Fiscal que:

I - omita indicações;

II - não seja a legalmente exigida para a respectiva operação;

III - contenha declarações inexatas;

(...)

§ 1º. Ocorre a inidoneidade do documento fiscal a partir da data da prática do ato ou da omissão que tenha dado origem à inidoneidade.

§ 2º. A inidoneidade do documento fiscal fica condicionada à circunstância de permitir sua reutilização ou de a operação ou prestação nele declarada não corresponder à de fato realizada. (grifos nossos)

**• LEI Nº 10.654, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1991 (Dispõe sobre o processo administrativo-tributário e dá outras providências.)**

(...)

Art. 31. Será lavrado Auto de Apreensão sempre que forem encontrados em situação irregular:

I - mercadorias;

II - máquinas, aparelhos, equipamentos e similares destinados à emissão de documentos ou escrituração de livros fiscais.

III - documentos e livros.

§ 1º. Considera-se irregular a mercadoria que se encontre em qualquer das seguintes situações:

I - desacompanhada de documento fiscal próprio;

II - acompanhada de documento fiscal inidôneo, nos termos previstos em lei;

III - em local não inscritos no CACEPE, quando a inscrição for exigida na legislação;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

*IV - desviada do destino referido no respectivo documento fiscal.*

*V - destinada a contribuinte não-inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco-CACEPE ou cuja inscrição se encontre cancelada ou baixada. (Lei nº 12.970/2005)*

*§ 2º. Não deve ser considerada desviada de destino a mercadoria objeto de operação simbólica prevista na legislação tributária em vigor.*

*§ 3º. Os bens referidos nos Incisos II e III, do "caput" são considerados irregulares quando: I - encontrados sem observação dos requisitos exigidos na legislação tributária; II - houver vinculação com a infração apurada.*

Adverta-se que, não obstante tratar-se a ação originária de mandado de segurança, que requer a demonstração inequívoca da liquidez e certeza do direito alegado para fins de deferimento da liminar, a ora agravante não fez prova hábil a infirmar os argumentos deduzidos no processo fiscal em tela, que goza de presunção de veracidade.

Ressalte-se, ademais, que o recorrente não acostou aos autos as informações e extratos que serviram de suporte à instauração do processo fiscal e à lavratura do Auto de Apreensão Impugnado, alusivos à irregularidade cadastral da empresa, ensejadora da inidoneidade das notas fiscais que acompanhavam a mercadoria que a tinha como destinatária, o que obsta a esta Relatoria fazer o confronto entre tais informações e as constantes dos documentos (fls. 25, 26 e 27) que instruem os presente autos, datados de maio de 2008, data em muito anterior à diligência efetuada pelo Fisco, havida em fevereiro do corrente ano.

Ante o exposto, voto pelo não provimento do presente recurso.

Recife, 15 de dezembro de 2009.

  
**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator